



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

JOYCE KELLYN PEREIRA VIEIRA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
uma análise do documento-base do PROEJA**

**JOÃO PESSOA/PB
2020**

JOYCE KELLYN PEREIRA VIEIRA

TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
uma análise do documento-base do PROEJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade a distância.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara

JOÃO PESSOA/PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V658t Vieira, Joyce Kellyn Pereira.

Trabalho e educação de jovens e adultos: uma análise do documento-base do PROEJA / Joyce Kellyn Pereira Vieira.

- João Pessoa, 2020.

48 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

TCC (Graduação) - UFPB/CE.

1. PROEJA. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Trabalho-educação. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 374.7

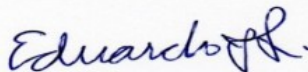
**TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
uma análise do documento-base do PROEJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Educação, da Universidade Fe-
deral da Paraíba, como requisito à conclusão
do Curso de Licenciatura em Pedagogia na
modalidade a distância.

Banca Examinadora



**Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
(Orientador)**



**Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva
(Examinador 1)**



**Prof. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
(Examinadora 2)**

RESUMO

A educação é uma prática social que promove a inserção dos sujeitos e também carrega as condições históricas de possibilidade de transformação da realidade. Nessa perspectiva, o presente trabalho, situado no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), investigou a relação trabalho-educação no documento-base do PROEJA. O texto dialoga teoricamente sobre a temática com Haddad (2003), Cury (2002), Farai e Assis (2014), Freire (1996), entre outros. Metodologicamente, considerando o caráter documental da pesquisa, consultamos a Constituição Federal de 1988; a LDB/9496/96, que institui a modalidade EJA no Brasil; os decretos nº. 5478/2005 e 5840/2006 que instituem o PROEJA no âmbito da rede federal de ensino; além do documento-base do referido Programa. Uma das contribuições do trabalho é ressaltar o impacto e importância do PROEJA para a formação dos jovens e adultos que estão no mundo do trabalho, mas também estão em um programa de educação básica articulado a um projeto de cidadania e de formação humana.

Palavras-chave: PROEJA. EJA. Trabalho-Educação.

ABSTRACT

Education is a social practice that promotes the insertion of subjects and also carries the historical conditions of possibility of transformation of reality. In this perspective, the present study, located in the field of Youth and Adult Education (EJA), investigated the work-education relationship in the PROEJA document. The text dialogues theoretically on the subject with Haddad (2003), Cury (2002), Farai and Assis (2014), Freire (1996), among others. Methodologically, considering the documentary character of the research, we consulted the Federal Constitution of 1988; the LDB/9496/96, which establishes the EJA modality in Brazil; the decrees no. 5478/2005 and 5840/2006 establishing the PROEJA within the federal education network; in addition to the basic document of the said Programme. One of the contributions of the work is to highlight the impact and importance of PROEJA for the formation of young people and adults who are in the world of work, but are also in a basic education program articulated to a project of citizenship and human formation.

KEYWORDS: PROEJA. EJA. Basic education. Professional education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 O PORQUÊ DE UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NO PROEJA.....	8
1.2 A CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO BASE DO PROEJA COMO PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	14
 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO-BASE DO PROEJA.....	 15
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.2 O PROEJA COMO UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA A JOVENS E ADULTOS.....	24
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE A CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO-BASE DO PROEJA.....	25
 3 O MUNDO DO TRABALHO COMO OBJETO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA.....	 29
3.1 A EDUCAÇÃO BÁSICA E O MUNDO DO TRABALHO.....	29
3.2 A CIDADANIA E O MUNDO DO TRABALHO.....	34
3.3 A FORMAÇÃO HUMANA E O MUNDO DO TRABALHO.....	39
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 43
 REFERÊNCIAS.....	 45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise da relação trabalho-educação no documento-base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional sobre com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Sendo assim, neste capítulo são apresentadas algumas informações sobre o Programa, além de destacarmos a importância da educação formal na vida dos adultos que não tiveram acesso a esse direito durante a infância e/ou adolescência.

O primeiro tópico está direcionado aos desafios enfrentados pelo Programa, que consistem em unir três campos voltados para a educação: a educação de jovens e adultos; o ensino médio; e a formação profissional. Além disso, justificamos a relevância deste estudo a partir de uma dimensão subjetiva, uma político-pedagógica e outra científico-acadêmica. No segundo tópico é problematizada a temática, no âmbito da investigação. Desse modo, é apresentada uma sistematização do conhecimento relacionado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) tendo o ensino profissionalizante como foco, apresentando um ambiente educacional próprio para que os alunos expressem suas experiências de vida, necessárias a aprendizagem dentro da escola. O terceiro tópico apresenta a estrutura e organização geral do trabalho.

1.1 O PORQUÊ DE UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NO PROEJA

Ao refletir sobre a importância da educação para a vida e em sua capacidade de transformação social, compreendi as dificuldades pelas quais passa uma pessoa adulta para retomar os estudos. Dentro deste contexto, surgiu o interesse em estudar sobre o PROEJA neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois a EJA passa por dificuldades, inclusive em sua implantação, com uma política educacional permanente em um país com profundas desigualdades sociais.

Durante o curso foi possível perceber que, quando se trata da EJA, não existe uma formação suficientemente específica para atuação nessa modalidade de ensino. Faltam questões essenciais, entre elas, uma metodologia diferenciada e ativa, com ações bem elaboradas que respeitem as dimensões sociais e culturais,

dentro de uma educação humanizada voltada para o cognitivo e afetivo do jovem e do adulto que se encontra no sistema educacional.

Outro fator importante a ser considerado é pensar no aluno como uma pessoa adulta que necessita retomar os seus estudos, adquirindo autonomia, desta forma a necessidade de abordar conteúdos relacionados ao seu dia a dia com uma linguagem diferenciada que se adéque ao que esses alunos desejam. Sendo assim, o papel do professor da EJA vai além do simples ensinar, requer reflexão, propondo uma “educação libertadora”, proposta por Paulo Freire (1983).

Para chegar a um patamar pedagógico, como o defendido por Paulo Freire, é necessário conhecer e pensar criticamente como se deu o movimento histórico da EJA, desde as campanhas de combate ao analfabetismo, em 1940, passando pela LDB 9496/96, até a implementação do PROEJA, em 2005. As políticas educacionais precisam rever a educação voltada para essa minoria social, propiciando melhor compreensão do que está ocorrendo no sistema educacional, proporcionando a eles os valores democráticos, importantes no momento em que se faz necessário estabelecer certas prioridades e destacar o valor da solidariedade, pois, esses jovens e adultos retornam pela falta que faz a escolaridade em suas vidas, não conseguindo trabalho pela baixa escolaridade.

Diante desse cenário de vulnerabilidade social e econômica pelo qual passa o jovem e o adulto, a educação passa a ser visualizada através de um olhar diferencial. Em 1996, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), onde foi dedicado o Capítulo III do seu título VI voltado para a educação profissional (BRASIL, 1996). Posteriormente outras ações surgiram como o PROEJA, originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, tendo como decisão governamental atender aos jovens e adultos ofertando educação profissional técnica de nível médio.

Somente em 2014 surge a Lei nº 13.005/2014, favorecendo o atendimento da população que por motivos diversificados foram excluídas da educação formal. A lei aprovou o novo Plano Nacional de Educação tendo como uma das metas “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de EJA nos ensinos fundamentais e médios, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014).

Voltados para a educação profissional, o Ministério de Educação, cria uma secretaria para responder somente por esta modalidade educacional a Educação

Profissional e Tecnológica (EPT), oferecem diversos serviços como a educação conectada com diploma digital, formando para o trabalho (MEC, 2018).

Para demonstrar a importância acadêmica do tema, foi elaborado um mapeamento bibliográfico, utilizando a plataforma do Repositório Institucional da UFPB. Desta forma foi possível realizar um agrupamento das produções com objetivo de apresentar como elas aparecem em outros trabalhos de conclusão de cursos os objetivos e resultados que trazem, o cenário obtido está exposto no Quadro 1.

Quadro 1- Síntese do mapeamento bibliográfico.

O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos: inclusão digital e alfabetização midiática SILVA, Renata Andrade; YABUTA, Yukielle Ferreira (2015)	
Objetivo: Investigar a presença e uso pedagógico das tecnologias digitais em turmas de EJA da rede pública municipal de João Pessoa/PB.	Resultados: Os resultados obtidos na pesquisa apresentam que a tecnologia vêm transformando as formas de ensino e aprendizagem nos ambientes escolares e os resultados têm sido favoráveis e garantem a melhoria no processo de aprendizagem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, com o uso da tecnologia.
Educação de jovens e adultos: um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização RIBEIRO, Célia Pereira de Lima; SILVA, Cristina Rocha da; SILVA, Suzana Maria Sena (2016)	
Objetivo: analisar os impactos que os discentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Manoel Faustino de Mendonça, enfrentam ao voltarem para sala de aula.	Resultados: Indicam que a evasão escolar na EJA existe por vários fatores, pois nem sempre a educação escolar recebida corresponde às expectativas dos alunos, faltando um novo olhar por parte dos professores.
Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da EJA e quais suas expectativas na sala de aula (2017) SILVA, Francisca Veridiana da	
Objetivos: realizar um estudo da Educação de Jovens e Adultos focando e refletindo sobre o perfil dos alunos no atual contexto da educação brasileira	Resultados: Apresentam como perfil alunos oriundos de classes populares com pouquíssima ou nenhuma instrução, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, trabalhadores e desempregados, excluídos do sistema educacional que retornam ou permanecem na escola em busca de escolarização, depositando na escola seus anseios e expectativas de melhoria de vida, de qualificação profissional, melhor colocação no mercado de trabalho, certificação, realização pessoal entre outras razões.
A inserção da tecnologia na educação de jovens e adultos (2018) GONÇALVES, Lúcia Santos de Moraes	
Objetivo: analisar quais as metodologias de ensino que os docentes das escolas Dom Helder Câmara e Antônio Pereira de Almeida utilizam para facilitar no processo de aprendizagem dos alunos em EJA, e se nestas metodologias estão	Resultados: Identificou que as metodologias utilizadas em sala de aula foi tradicional, utilizando esporadicamente a inserção da TICs, com intuito de dinamizar as aulas.

sendo inseridas as tecnologias.	
O perfil dos jovens no mercado de trabalho: uma análise do fenômeno Nem-Nem a partir dos anos 2000 (2019) SILVA, Fernando Barbosa da	
Objetivos: analisar o perfil dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, com destaque para aqueles indivíduos que não estudam e não trabalham, denominados como geração “nem-nem”.	Resultados: mostram como o crescimento dos jovens caracterizados na condição “nem-nem” no Brasil é preocupante, necessitando de um acompanhamento efetivo por meio de políticas públicas para melhorar as condições de qualificação e inserção dessa força de trabalho.

Fonte: https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR

As informações apresentadas no Quadro 1 apresentam inicialmente uma breve amostra de produções que compõem o agrupamento, de modo geral, evidencia a relevância da EJA para o campo de estudos pedagógicos.

De acordo com os procedimentos e através da leitura exploratória, foram encontradas 39 produções, entretanto, após a leitura dos títulos e respectivos resumos foram selecionados 5. As produções desconsideradas neste momento não apresentavam relação direta com minha inquietação, uma vez que enfatizam questões relacionadas à Modalidade EJA e a avaliação ensino da língua espanhola.

É importante salientar que o mapeamento bibliográfico que contribui para a efetivação desta pesquisa pelo fato de evidenciar a necessidade de mais estudos científicos que investiguem a importância do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos.

Portanto, justifico a importância de analisar o PROEJA como um problema de educação profissional na modalidade EJA, subjetivamente, porque se faz necessário pensar as práticas educacionais a partir de questões ligadas ao trabalho real dos discentes; socialmente, porque a formação técnica é imprescindível para o desenvolvimento do trabalho e preparação para a cidadania e, academicamente, porque a educação profissional tem princípios educativos e articula ciência, cultura, tecnologia e sociedade com bases nos conhecimentos acumulados pela humanidade.

1.2 A CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO BASE DO PROEJA COMO PROBLEMA DE PESQUISA

O PROEJA surgiu em 2005, a partir do Decreto nº 5.478 de 24 de junho. Nesse momento, destinava-se a jovens e adultos que não tivessem concluído o

ensino médio. Porém, no ano seguinte, um novo Decreto, o de nº 5.840 de 13 de julho, foi lançado visando aumentar o público que poderia ser beneficiado pelas ações do programa.

Para melhor explicitar o problema da pesquisa, que teve início através de estudos exploratórios acerca do tema proposto, na consulta ao Repositório Institucional da UFPB. Os resultados obtidos durante a consulta bibliográfica ajuda na sistematização dos conhecimentos relacionados à EJA. A reunião de TCC, de certo modo corrobora com a compreensão do tema voltado à EJA, tendo o ensino profissionalizante como foco. Sobremaneira, colaboram de alguma forma com o desenvolvimento teórico, para compreender melhor, os trabalhos selecionados estão em ordem cronológica, trazendo suas temáticas para construir o problema de pesquisa.

Silva e Yabuta (2015) realizaram uma pesquisa aplicada, de levantamento e cunho exploratório, com amostragem simples, foram entrevistados professores e alunos da EJA com foco em discutir questões que envolvem o uso da tecnologia à alfabetização midiática nas salas de aula. A problemática levantada na pesquisa era se os recursos tecnológicos estavam sendo usados de forma adequada para colaborar com a aprendizagem dos alunos da EJA, com a realização do trabalho foi importante e possibilitou o aprofundamento dos questionamentos através da integração entre pesquisadoras, professoras e alunos envolvidos, remetendo a necessidade de sensibilização dos docentes para a causa em questão.

Ribeiro, Silva e Silva (2016) realizaram uma pesquisa bibliográfica que tem como temática a Educação de Jovens e Adultos com foco no retorno dos discentes ao processo de escolarização, trazendo como problema os impactos que os discentes enfrentam ao voltarem para a sala de aula e seus problemas que levam a desistência dos estudantes inclusive presente no PROEJA. O resultado é desafiador para o professor, pois, muitos alunos não são motivados pelos professores, mas no início todos tem vontade de estudar além do ensino médio e ingressar no ensino superior será uma realização pessoal que proporcionará mudanças alterando sua realidade atual.

Silva (2017) apresenta uma temática tendo como base nos alunos da modalidade EJA e suas expectativas nas salas de aula. O trabalho apresenta uma abordagem histórica e alguns conceitos da EJA no Brasil. Através da análise, constatou-se que os alunos da EJA, vão além da visão que o sistema de ensino e a

sociedade têm e que todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem necessitam se envolver de forma significativa e ter conhecimento das realidades desses alunos.

Gonçalves (2018) realizou um estudo qualitativo, sobre o uso das tecnologias em sala de aula, utilizando entrevistas com dois professores e observando as práticas de sala de aula dos mesmos professores, procurando apresentar que a inserção da tecnologia de forma significativa poderá trazer conhecimentos diversificados ao aluno. O estudo revela a importância da tecnologia em sala de aula e que as metodologias são inovadoras para os alunos da EJA.

Silva (2019) estudou sobre a chamada geração *nem-nem*, visando a proporção que esses jovens vêm ganhando no decorrer dos anos, sendo necessário voltar a atenção para as políticas públicas que atuam na inserção no mundo do trabalho. Esses jovens apresentam idade de 15 e 29 anos, sendo possível com a pesquisa compreender os fatores que provocam a condição de inatividade desses jovens, entre eles a situação familiar e a região que apresentou maior resultado para a geração *nem-nem* foi o Nordeste, sendo possível mostrar o crescimento dos jovens caracterizados nesta condição no Brasil.

Através do mapeamento bibliográfico, foi possível observar a questão acerca do tema proposto e as dificuldades inclusive em encontrar produções especificamente voltadas ao PROEJA, ainda se observa que as mudanças se mostram necessárias para que o ensino possa ser democratizado principalmente para os adultos.

A diferença social e cultural continua a marcar a escola e as relações humanizadoras, assim o ambiente educacional deveria ser próprio para que os alunos expressassem suas experiências de vida que possuem, sendo necessário buscar relações que realmente sejam necessárias a aprendizagem na escola para a EJA.

Esta pesquisa busca contribuir com esse debate sobre a EJA que está presente nos TCCs. Buscamos reflexões específicas sobre o PROEJA e suas práticas, para que se possa repensar contribuir com a discussão da relação trabalho-educação na modalidade EJA. Procuramos complementar a discussão sobre a EJA presente nas pesquisas existentes, mas nos debruçamos sobre as especificidades do PROEJA. Desse modo, emerge nosso objeto de estudo, a saber: modo como a categoria trabalho aparece no documento-base do referido Programa.

Nesse sentido, elaboramos a seguinte questão-problema: que conceitos são acionados pela categoria trabalho no documento-base do Proeja? De modo geral, objetivamos identificar e discutir sobre alguns conceitos acionados pela categoria trabalho no documento-base do PROEJA. Nossos objetivos específicos consistiram em: 1 refletir sobre o trabalho enquanto categoria ontológica; 2 discutir sobre o modo como o Proeja articula conceitualmente a relação trabalho-educação; 3 compreender como o Proeja insere a modalidade EJA em uma política de educação profissional.

1.3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este primeiro capítulo trouxe algumas reflexões sobre a importância do PROEJA e sobre as dificuldades pelo qual passa a pessoa na vida adulta para conseguir retomar os estudos, adquirindo autonomia, sendo necessária uma abordagem fundada na “educação libertadora” proposta por Paulo Freire. Além disso, buscou-se justificar a importância de uma temática que dialoga com a relação trabalho-educação, com a EJA e com o PROEJA, seja no plano subjetivo, social ou acadêmico. Finalmente, delimita seu objeto e problema de pesquisa na relação trabalho-educação no documento base do PROEJA.

O capítulo 2 apresenta as considerações teórico-metodológicas do trabalho. Nesse sentido, em seu aporte teórico, dialoga com autores como Haddad (2003), Cury (2002) e apresenta os documentos consultados para realização da pesquisa. Além disso, explicitamos alguns princípios metodológicos da pesquisa documental, como abordagem que auxiliou no processo de análise dos documentos-fonte que foram selecionados.

O capítulo 3, intitulado *o mundo do trabalho como objeto da educação profissional no PROEJA* é o núcleo do trabalho. Nele, foram analisados os dados fundamentais da educação profissional no PROEJA a partir da categoria trabalho no texto-base do Programa. A análise demonstra que atrelados à categoria trabalho, o PROEJA aciona conceitos como educação básica, cidadania e formação humana.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO-BASE DO PROEJA

Neste capítulo são apresentadas algumas considerações sobre o estudo, necessárias para que alguns conceitos sejam recuperados. O primeiro tópico disserta sobre a Educação de Jovens e Adultos no âmbito das políticas públicas. O segundo traz o PROEJA como uma política de educação profissional voltada para Jovens e Adultos. O aporte teórico está baseado nos diálogos entre autores como Haddad (2003), Cury (2002); Freire (1996), entre outros, assim como, perpassará pela Constituição Brasileira de 1988, LDB/9496/96, Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e demais legislação pertinente ao assunto. No último tópico apresentamos as questões metodológicas relativas à pesquisa documental a análise de conteúdo como proposta analítica.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação brasileira tem início durante o período de colonização do país. Entre 1549 e 1759, a educação foi comandada pela Ordem Jesuíta, pois não havia sistema educacional nessa época, sendo o objetivo principal catequizar os nativos. Neste período, o objetivo educacional era completamente alheio às necessidades sociais, proporcionando simplesmente uma cultura geral e não qualificando para o trabalho. Para os jesuítas era importante que os indígenas aprendessem civilidades. Segundo Saviani (2011, p. 29):

o processo de colonização abarca, de forma articulada, mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três movimentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizadores das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores.

A pedagogia utilizada pelos jesuítas era repetitiva, o que leva a memorização com provas periódicas, sendo o objetivo principal somente a evangelização, como ponto marcante da política pública educacional. Em 1759, para reduzir a influência

religiosa, Marquês de Pombal, o então primeiro-ministro, expulsa os jesuítas de Portugal e todas as suas colônias, inclusive do Brasil.

Com a expulsão dos jesuítas teve fim o único sistema de ensino que existia no país. O comando educacional foi tirado das mãos dos jesuítas e passou para o Estado, para substituir as aulas dos jesuítas, entraram as aulas de latim, grego, filosofia e retórica. De acordo com Teixeira (1967, p. 70), é importante entender que:

sem querermos nos estender muito ao passado, devemos recordar que, em todo o tempo de colônia, vivemos um tipo de governo, de natureza absolutista, com a educação reduzida aos colégios confessionais, destinados predominantemente a formação do clero.

Em 1767 é implantada a Real Mesa Censória que tem como objetivo apontar as necessidades da colônia relacionada ao campo educacional. Desta forma, em 1772, os estudos ganham amplitude com o chamado subsídio literário para manter os estudos primários e secundários, o que de acordo com Carvalho (1978, p. 128):

com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações.

Desta forma foi instituído um outro sistema educacional, com a mesma escolarização baseada na formação tradicional, pois a base da pedagogia jesuítica continuou, com a metodologia que prescindia de disciplinas importantes, representando para o Brasil o primeiro retrocesso na educação, Zotti (2004, p. 32) salienta que

o Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa.

Passado o curto período em que a corte portuguesa fez da colônia brasileira a metrópole, com a vinda de D. João VI e sua família para o Rio de Janeiro, o período

posterior, sucedido com a proclamação da independência, o Período Imperial que compreende os anos de 1822 até 1889, é outorgada a primeira Constituição brasileira. Seu artigo 179 afirma que “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Em 1826 há um Decreto que institui em quatro os graus de instrução sendo pedagogias, liceus, ginásios e academias. Em 1827 são criadas duas faculdades de direito no País (TEIXEIRA, 1967).

Com a queda do Império, a chegada da República Velha (1889-1930), inspirada no modelo político estadunidense, toma por base o sistema presidencialista. Na escola, observa-se a influência da filosofia positivista. A nova reforma de Benjamin Constant tem como lema a liberdade e laicidade no ensino e a gratuidade da escola primária, princípios estipulados na Constituição republicana. Novas reformas trocam os diplomas por certificados de assistência transferindo também a admissão ao ensino superior para as faculdades.

Entre o período de 1930 a 1945 o país passa por um período de transição principalmente no educacional, a crise mundial provocou no Brasil a crise cafeeira, desencadeando movimentos das forças econômicas e políticas, assim surgem em 1932 o Manifesto Pioneiro da Educação Nova, buscando uma educação pública e laica. Em 1934 a nova Constituição dispõe pela primeira vez a educação como direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. (TEIXEIRA, 1967).

A Constituição de 1937 é outorgada com o chamado Estado Novo, refletindo tendências autoritárias, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades que entram no mercado, enfatizando a necessidade do ensino pré-vocacional e profissional. É mantida a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, obrigando o ensino de trabalho manual em todas as escolas normais, primárias e secundárias. São criadas as Leis Orgânicas do Ensino. Criado o SENAI – Serviço nacional de Aprendizagem Industrial. (TEIXEIRA, 1967).

Desde a colonização portuguesa, constatamos ações educativas voltadas aos adultos no Brasil. Porém, a emergência de políticas públicas é algo que data a partir da década de 1940. Todavia, estiveram focadas e restritas, sobretudo, aos processos de alfabetização. É muito recente a conquista, o reconhecimento e a definição da Modalidade EJA como política pública de acesso e continuidade à escolarização básica (PARANÁ, 2006).

Política pública educacional é tudo o que um governo faz ou deixa de fazer em prol da educação (RODRIGUES, 2010). Desta forma para entender melhor a política educacional do Brasil até o momento atual se faz necessário compreender o contexto histórico, observando como a educação se encontra e suas contradições que vão se repetir ao longo dos anos dentro do ambiente escolar, refletindo diretamente na educação de qualidade. Rodrigues (2010, p. 52-53) cita:

políticas públicas são ações de Governo, portanto, são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre “o que fazer” (ações), “aonde chegar” (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e “como fazer” (estratégias de ação).

Em 1946 entra a nova Constituição, dando à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, retomando o preceito de que a educação é direito de todos. Cria-se o SENAC – Serviço nacional de Aprendizagem Comercial. Vários projetos são lançados para a reforma geral da educação nacional e promulgada a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Em 1963 é Criado o Ministério da Educação e Cultura – MEC, no mesmo ano é criado o Conselho Federal de Educação (TEIXEIRA, 1967).

Em 1964, o golpe militar acontece. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco aborta todas as tentativas de revolucionar a educação brasileira. Tem início o caráter antidemocrático que levou à prisão e demissão de professores, estudantes, a União dos Estudantes foi fechada. Em termos de Educação de Adultos, a ditadura cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. Instituída a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei 5692/71, caracterizada por dar formação profissionalizante (TEIXEIRA, 1967).

Com a reabertura política no início dos anos 1980, os anistiados voltam ao país, assumem postos na área da educação e passam a desenvolver o saber pedagógico. É nesse período que ocorre a extinção do Conselho Federal de Educação e a criação do Conselho Nacional de Educação, mais politizado (TEIXEIRA, 1967).

Em suma, entre idas e vindas da democracia, a educação tem-se constituído como um grande desafio para o Brasil. É um dos direitos mais formalmente reconhecidos, em âmbito nacional e internacional, (HADDAD, 2003), contudo, nos períodos autoritários ou de democracia liberal, é um dos direitos que mais sofre

ataques. Segundo a Constituição de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Nesse sentido, são vários os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas, que reconhecem e garantem esse acesso a seus cidadãos, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no art. XXVI. Da mesma forma, a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (CURY, 2002).

Cury (2002) ressalta que em 1990, foi assinado um importante documento Jomtien (1990), que abrangeu os países mais populosos do mundo. São indiscutíveis os esforços da Unesco no sentido da universalização do ensino fundamental para todos os países. Mas, como se trata de um direito reconhecido, é preciso que ele seja garantido e, para isso, a primeira garantia é que ele esteja inscrito em lei de caráter nacional.

Concernente ao mesmo assunto, posteriormente, no Brasil em 20 de dezembro de 1996 a educação foi reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96. De acordo com a LDB, foi determinado que o Plano Nacional de Educação fosse elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos.

Baseados na LDB/9394/96, implementou-se a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Nessa linha de entendimento,

a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essas políticas são, muitas vezes, resultantes de iniciativas individuais ou de grupos isolados, especialmente no âmbito da alfabetização, que se somam às iniciativas do Estado. No entanto, as políticas de EJA não acompanham o avanço das políticas públicas educacionais que vêm alargando a oferta de matrículas para o ensino fundamental, universalizando o acesso a essa etapa de ensino ou, ainda, ampliando a oferta no ensino médio, no horizonte prescrito pela Carta Magna (BRASIL, 2007, p. 9).

A Educação de Jovens e adultos é tipificada como uma modalidade de ensino com fins e objetivos educacionais específicos, destinada a atender um público de alunos jovens, adultos e idosos com uma defasagem de escolaridade e/ou descompasso série/idade ou que não tiveram acesso na idade certa e, sendo assim:

garantir o acesso das pessoas jovens e adultas à educação é, antes de tudo, respeitar um direito humano. Direito que satisfaz uma vocação que é ontológica ao ser humano: o de “querer ser mais”; diferentemente dos outros seres vivos, o ser humano busca superar sua condição de existência do mundo, procurando cada vez mais se aperfeiçoar, conhecer mais, mudar suas condições de existência. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade (HADDAD, 2003, p.1).

Garantir o acesso dessas pessoas à educação faz com que o Estado cumpra seu dever social. Para muita gente a EJA é a grande chance quebrar o ciclo de reprodução das condições de desigualdade, é a possibilidade de crescimento pessoal, de formação escolar. A EJA tem o potencial de transformar vidas em aspectos emocionais, psicológicos e sociais. O simples fato de conseguirem escrever o seu nome, este, sem importância para muitos que não viveram a experiência da exclusão que é ser analfabeto, é fazer algo imensurável para a vida desses estudantes. A educação transforma a vida do cidadão como um todo, porque muda a sua leitura de mundo.

Uma nova concepção sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. São vários os motivos que levam esses adultos a estudar, como exigências tecnológicas e competitividade, próprias do mundo do trabalho e não menos importante, por questões econômicas. Reforça, Scherer (2008), que os jovens e adultos vão para a escola por motivações como, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão.

A EJA caracteriza-se como uma modalidade de ensino complexa, porque envolve dimensões que transcendem a questão escolar. Até pouco tempo atrás, a EJA resumia-se à alfabetização¹, ou seja, aprender a ler e escrever, sendo assim,

1 Em função do histórico de exclusão educacional apresentado neste tópico, a partir dos primeiros censos demográficos do século XX no Brasil, devido aos altos índices de analfabetismo, a Educação de Adultos foi confundida com alfabetização. Essa foi uma determinação histórica. Contudo, na atualidade há uma compreensão mais alargada que a EJA transcende e muito a alfabetização, passa pela pós-alfabetização e vai aos níveis mais altos de escolaridade. O

será necessário evidenciar alguns documentos nacionais e internacionais que defendem o direito à educação e que influenciaram mudanças na implementação de políticas públicas para a modalidade EJA e, desse modo, olhar para a história da Educação de Adultos, partindo de um princípio constitucional, o direito à educação.

Com base em documentos formais, tais como LDB 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Plano Nacional de Educação 2001 e a Constituição Federal de 1988, no que dizem respeito à função social que a EJA, pode-se afirmar que é a de preparar jovens e adultos, através de oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, possibilitar aos educandos aquisição de conhecimentos e habilidades necessários ao exercício da cidadania, preparação para o mundo do trabalho e participação crítica na vida política.

A procura de jovens e adultos pela escola não se dá de forma simples e nem espontânea. Ao contrário, em muitos casos, trata-se de uma decisão que envolve as famílias, os padrões, as condições de acesso e as distâncias entre casa e escola, as possibilidades de custear os estudos e, muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola, para um jovem ou adulto, é antes de tudo, um desafio, um projeto de vida (BRASIL, 2005).

Uma educação para os jovens e adultos que tenha o alicerce voltado à cidadania despertará o interesse desses alunos em participar da sociedade, bem como resgatar a autoestima, a partir da promoção de situações que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo. Sem deixar de considerar os conhecimentos e habilidades de que esses sujeitos dispõem, adquiridos de modo informal em suas experiências acumuladas cotidianamente, na comunidade onde vivem e nos espaços de trabalho (SILVA et al, s/d).

O papel do professor da EJA vai além do simples ensinar, requer reflexão. Uma educação que resgate a cidadania, considerando que só dessa forma seres humanos fazem sua história e mudam o mundo de forma livre. Buscando inserir o indivíduo na sociedade, convivendo com seus semelhantes, pensando sua existência e transformando sua realidade (SILVA *et al*, s/d). Nesse sentido,

a EJA exige dos seus professores uma atitude protagonista no seu cotidiano. Ensinar, nessa perspectiva exige um professor: [...]

PROEJA é um exemplo disso. Na Unesco, em algumas de suas conferências muito se debateu a ideia de EJA como educação ao longo da vida.

coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança num mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mais de um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (FREIRE, 1996, p. 24).

Desse modo, o professor de EJA deve desenvolver uma prática condizente com a realidade dos educandos. Nessa perspectiva, Vasquez (1997, p. 189) faz o seguinte relato: “a finalidade é a expressão de certa atitude do sujeito em face da realidade. Pelo fato de traçar-me um objetivo”. Freire (1983, p. 78), vai dizer que a

[...] educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosciológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente, educador, de um lado, educando, de outro, a educação problematizadora, coloca, desde logo, a exigência da superação da condição educador-educando. Sem ela, não é possível a relação dialógica, indispensável a cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.

Além do mais, as políticas públicas da EJA devem cumprir de maneira satisfatória sua função de preparar jovens e adultos para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. A educação de jovens e adultos, visando a transformação necessária, necessita de mudanças significativas (BRASIL, 1997). Quanto à efetivação do direito à educação, devem-se assegurar oportunidades educacionais apropriadas aos estudantes da EJA e com o retorno desses discentes às salas de aulas, a escola e os professores passam a ter um grande desafio como ofertar uma educação de qualidade que favoreça a permanência dos estudantes e assim combata a evasão escolar.

O educador da EJA precisa refletir sobre sua prática constantemente, com o intuito de melhorar cada vez mais seu fazer docente. Lembrando que a EJA, como política pública, objetiva proporcionar aos educandos igualdade de oportunidades. O direito a uma educação de qualidade na escola pública permite que os mesmos sejam reingressados ao sistema de ensino. Desta forma, em tese a EJA possibilita que os índices de analfabetismo diminuam.

Teles e Soares (2016) nos ensinam que o aluno da EJA não deve ser apenas alfabetizado, ou seja, que tenha apenas o domínio do sistema alfabético, sabendo simplesmente ler e escrever. É essencial que o mesmo seja letrado, isso significa que a leitura e a escrita devem ser consideradas e exercitadas como práticas sociais em seu cotidiano.

Lecionam ainda que os jovens e adultos não sejam discriminados no trabalho e na cidadania só por serem iletrados ou não dominarem os saberes básicos, mas também por não dominarem articuladamente o conjunto dos saberes e competências próprios da vida adulta, ou requeridos para a inserção “adulta” na sociedade, por exemplo: saber captar informação, selecioná-la e elaborá-la. Hoje, isso é tão central para a vivência quanto as clássicas habilidades de leitura e escrita.

Destacam também, que o movimento de políticas públicas propostas pelos governos no decorrer dos anos, aconteceram por causa de muita pressão tanto dos órgãos internacionais como Banco Mundial, UNESCO, ONU, como pressão interna dos movimentos populares (TELES E SOARES, 2016).

Em 2006, tem início o declínio acentuado da taxa de analfabetismo e expressivo aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino, o sistema educacional brasileiro possui uma das menores cargas horárias na escola fundamental e comprovada que 50% dos universitários são analfabetos funcionais, a maior parte dos estudantes não possui o hábito de estudar, aprendem de forma superficial.

Finalmente em 2008, foi instituído o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, foi aprovada a Emenda 59, que tornou a educação obrigatória para crianças de quatro a 17 anos. Em julho de 2014, aconteceu a aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) após mais de três anos de discussão foi uma importante conquista no setor (ZOTTI, 2004).

Durante o governo de Michel Temer, destaca-se a reforma do ensino médio, onde o aluno passa a escolher uma área de conhecimento para aprofundar seus estudos. Instituída pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, a reforma do ensino médio foi realizada sem consenso entre governo, educadores e sociedade civil (ZOTTI, 2004). A principal crítica feita a essa reforma é que ela retoma o sistema dualista de uma escola que destina uma parcela ínfima da população para as universidades e as classes populares para cursos profissionalizantes.

2.2 O PROEJA COMO UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADA A JOVENS E ADULTOS

O Proeja foi criado pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2005). No ano seguinte, no dia 13 de julho, por meio do Decreto nº. 5.840 foi aprofundado em seus princípios pedagógicos bem como ampliado em termos de extensão, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA, 2007).

Sua constituição foi uma decisão governamental com intuito de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual essa clientela geralmente é excluída, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (BRASIL, 2006).

A princípio, o programa teve como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois algumas instituições que já desenvolviam experiência de educação profissional com os jovens e adultos, de modo que, juntamente a outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios (BRASIL, 2007). Desta forma,

a EJA sempre foi alvo de ações educacionais descontínuas e pela primeira vez o PROEJA anuncia a escolarização com a possibilidade do exercício de uma profissão ao final do curso. Tal proposta acaba implicando em mudanças significativas para o trabalho dos docentes, haja vista que precisam atender às demandas advindas das políticas educacionais, sem que tenham uma formação compatível com tais exigências (FARIA; ASSIS, 2014, p. 124).

O PROEJA precisa de uma política pública de educação profissional e tecnológica articulada com as demais políticas, comprometida com a formação de um sujeito com autonomia ética, intelectual, política e humana (BRASIL, 2007). Complementando, a ideia que se deve

assumir uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista,

mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (BRASIL, 2007, p. 32).

O desenvolvimento de uma nação não depende somente da educação, contudo, cabe a esta importante função estratégica nesse processo. Para que esse desenvolvimento se constitua é necessário um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementem no decorrer do processo histórico. Em contrapartida, deve-se ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional e tecnológica, por si só, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda (BRASIL, 2007). Um dos objetivos mais significativos dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser:

a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (BRASIL, 2007, p. 35).

Dessa forma, se observa que diante da educação, o aluno se transforma e sua evolução depende do outro, da interação com o outro, com o meio, com o tempo, espaço. Assim, se faz necessário as competências e seu desenvolvimento para transformar o aluno da educação de jovens e adultos em sujeito crítico, que será capaz de decidir, refletir e participar das tomadas de decisões. O aluno estará sendo preparado para lidar com os desafios de um mundo contemporâneo, irá construir com uma sociedade mais justa, solidária, sustentável e democrática, a luz dos aspectos sociológicos, filosóficos e pedagógicos.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE A CATEGORIA TRABALHO NO DOCUMENTO-BASE DO PROEJA

A partir da inquietação citada na introdução e para explicitar a problemática a partir do tema, foi realizado um mapeamento acerca do tema proposto, para buscar em TCCs de pedagogia, produzidos no âmbito da UFPB (2015-2020), que poderiam

ajudar a responder as questões problematizadoras. É importante destacar que “a problematização é a transformação de uma necessidade humana em problema que, por sua vez, define-se como necessidade humana, quando pensada” (PLÁCIDO, 2020, p. 19).

Cabe salientar que se trata de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa de forma mais específica sobre o PROEJA. Desta forma foi feito um mapeamento bibliográfico e documental acerca da modalidade EJA e do PROEJA. O primeiro passo para realizar a análise documental é encontrar fontes e nelas documentos necessários para a pesquisa e em seguida organizar o material. Quando se fala em organizar o material significa processar a leitura de acordo com os critérios da análise de conteúdo, como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo para facilitar o controle e manuseio durante o estudo realizado (PIMENTEL, 2001).

Alguns pesquisadores consideram que a análise documental e bibliográfica são sinônimos, no entanto o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos ou impressos. O documento como fonte pode ser filmes, vídeos, slides, fotografias etc., utilizados como fonte de informação, indicação ou esclarecimento que servem como prova ao interesse do pesquisador. Desta forma fica claro que pesquisa documental e pesquisa bibliográfica possuem suas diferenças substanciais (SÁ SILVA, *et. al.*, 2009). Nessa direção,

o elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (SÁ-SILVA *et. al.* 2009, p. 6).

É fundamental entender que as fontes primárias são os dados originais, que tem relação direta com o objeto da pesquisa. As fontes secundárias podem já ter sido trabalhadas por outros estudiosos, são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento, mas também podem ser suscitadas em função da análise das fontes primárias. Ao se fazer a pesquisa documental é preciso aceitar o documento como ele se apresenta, embora seja essencial compor com algumas fontes documentais, usando cautela para avaliar a documentação que se pretende analisar. A avaliação documental é constituída por etapas. A primeira se aplica em

cinco dimensões: o contexto histórico no qual foi produzido o documento, pois possibilitará os esquemas conceituais dos autores; o autor, conhecer a identidade do autor, seus interesses, abre possibilidades para avaliar melhor a credibilidade do texto; a autenticidade do texto, analisar a qualidade das informações transmitidas; a natureza do texto e seu suporte; conceitos-chaves e a lógica interna do documento (SÁ SILVA, *et. al.* 2009).

A investigação confere valor histórico ao documento conforme o pesquisador vai superando os limites do próprio material com que trabalha e reconhece sua postura e experiência através de uma bagagem que é histórica, assim o objeto de pesquisa histórica é constituído por documentos que transmite a realidade do passado de forma parcial o que proporciona conhecimento, o documento representa uma interpretação da realidade, elaborado pelos autores (PIMENTEL, 2001).

Trata-se, aqui, também, de uma pesquisa de natureza qualitativa. Nesse sentido, não tivemos o propósito de enumerar ou medir eventos e por isso, não utilizamos análises estatísticas nem nos preocupamos com a representatividade numérica, conforme Pimenta (2001). A pesquisa qualitativa busca o objetivo de compreender os fenômenos estudados, considerando que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números. Trabalhamos, dessa forma, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes expressos nos documentos analisados, aprofundando as relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

Foram efetuadas consultas nas bases de dados do Repositório Institucional da UFPB, o ano de publicação foi o primeiro critério para estabelecer quais trabalhos seriam utilizados abrangendo entre 2015 a 2019, ao total foram encontradas 40 publicações, sendo em 2015 (1), 2016 (7), 2017 (7), 2018 (13) e 2019 (13), em seguida foi selecionada uma por ano e que tivesse relevância com o tema, as produções desconsideradas neste momento apresentavam viés diferente da minha linha de pesquisa.

A metodologia é essencial para a construção do trabalho científico, pois é capaz de proporcionar a compreensão e análise através da construção do conhecimento. Desse modo,

a metodologia científica é o saber produzido através do raciocínio lógico aliado à experimentação prática, caracterizando-se por um conjunto de paradigmas para a observação, a identificação, a descrição, a investigação experimental e a explanação teórica de fenômenos (PLÁCIDO, 2020, p. 9).

A coleta de dados proporcionou a familiaridade com o problema, com vista a torná-la mais explícito e colaborar com a construção de hipóteses que é caracterizada como verdade provisória. É importante para qualquer processo de investigação científica, pois consiste no lançamento de afirmações a respeito de algo que ainda é desconhecido ou ainda não é satisfatoriamente conhecido (PLÁCIDO, 2020, p. 20).

Em seguida foi realizado uma leitura interpretativa e seletiva dos documentos selecionados, dando maior profundidade ao documento-base do PROEJA, com ênfase na relação trabalho-educação, considerando o trabalho como princípio educativo e atenção especial aos conceitos de educação básica, cidadania e formação humana. Por fim, fora realizado o registro das informações extraídas das fontes, sendo especificada no trabalho.

Todos os dados levantados foram usados no trabalho como citação, para embasar a análise do problema. A pesquisa seguiu as etapas necessárias durante a seleção de todo o material, através das leituras, seja leitura objetiva ou uma leitura rápida, sempre com a finalidade de se verificar se a obra era de interesse para a presente pesquisa e organização do trabalho. Buscamos conhecer com maior profundidade como a educação de jovens e adultos colabora de forma significativa com os alunos, valorizando as diversidades culturais e oferecendo condições de aprendizagem que valorize o aluno da realidade vivenciada colaborando e reconhecendo a sua importância para a atual conjuntura.

Para dar continuidade à pesquisa para o capítulo 3, foi encontrado os seguintes documentos-fonte que foram consultados para responderem ao problema da pesquisa e desenvolver uma análise de conteúdo o que possibilitou uma visão abrangente sobre o tema. Os documentos são: Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA, 2007).

3 O MUNDO DO TRABALHO COMO OBJETO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA

Analizamos alguns dados sobre a educação profissional no PROEJA a partir de seu texto-base. Historicamente, identificamos as mudanças que aconteceram em processos diferentes na história do Brasil. Um marco importante na história que data de 1888, o fim da escravidão, deste então o mundo do trabalho precisa de mão de obra nos moldes do capitalismo. Assim, surgindo uma nova demanda para o sistema educacional, envolvendo as camadas populares e que não tiveram condições de estudar na idade certa.

Da abolição da escravidão, até o aparecimento de educação básica, temos um século. Transitamos do Império à República, passamos pela ditadura do Estado Novo, pelo nacional desenvolvimentismo, ditadura militar, até conquistarmos a redemocratização com a nova república nos anos 1980. Com a educação básica aberta a todos, ainda há o anseio popular de atingir os meios para se reduzir a desigualdade social, pois a educação é o instrumento para a construção de melhores condições de vida para os sujeitos, dando bases para uma sociedade com menos desigualdade social, com oportunidades de uma educação profissional.

3.1 A EDUCAÇÃO BÁSICA E O MUNDO DO TRABALHO

No início da década de 1990, a ausência de um sistema educacional que buscasse o aprimoramento e qualificação da aprendizagem foi apontada como uma das causas das dificuldades vivenciadas para a inserção da prática pedagógica voltada ao aspecto histórico-crítico nas redes de ensino. Além de ser considerado também um impedimento para o próprio desenvolvimento brasileiro seja no âmbito econômico ou social.

É importante salientar que para os governos não seria conveniente nesse contexto histórico que houvesse uma educação que instrísse e aperfeiçoasse o pensamento das classes populares, pois a partir do momento em que esses detivessem do conhecimento aprimorado, os mesmos entenderiam que poderiam ser detentores também dos meios de produção, dificultando assim a política econômica do país.

A vista disso, a busca constante pela implementação de uma educação nacional que visasse à consolidação de que o saber era necessário, passou por várias dificuldades e resistências dos conservadores e conseqüentemente apoiadores do governo federal que insistiam em apenas moldar as pessoas numa educação produtiva.

Neste mesmo período se implantou no Brasil o Plano Nacional de Educação (PNE). O primeiro PNE foi elaborado em 1996, para vigorar entre os anos de 2001 a 2010, nele tentou-se inserir um pensamento concreto sobre a educação, tendo em vista que ela deveria se pautar no homem, na sua formação intelectual, profissional e social, quebrando o ciclo vicioso da educação apenas para o investimento econômico, promovendo assim, a democratização e racionalidade social, ou seja, ser capaz de exercer a própria razão do ser cidadão participando no destino da sociedade.

Todo esse percurso histórico veio a chegar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma nova versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996 que cita no Art. 21 que a educação básica é formada pela “educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996). Seu artigo 23 cita que:

a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

Ao se falar em educação básica é importante lembrar os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na infância e salientar que a educação é um direito e necessita garantir experiência, que deverão incluir no currículo as práticas e vivências, permitindo interação e diálogo entre os educandos. A LDB no § 1º cita que os sistemas de ensino deverão garantir a gratuidade aos jovens e aos adultos e oportunizar uma educação apropriada considerando os interesses e condições de vida e trabalho. (BRASIL, 1996).

Ao correlacionar a educação básica ao mundo do trabalho, o texto-base do PROEJA, enfatiza o desafio que é para o sujeito das classes populares enfrentar o mundo do trabalho sem a conclusão do ensino médio:

[...] quando se verificam dados de escolaridade da PNAD / IBGE 2003, pode-se observar que nesse ano cerca de 23 milhões de pessoas possuíam 11 anos de estudo, ou seja, haviam concluído o ensino médio. Esse contingente representava apenas 13% do total da população do país. Por conseguinte, pode-se inferir o baixo nível de escolaridade dos brasileiros que enfrentam o mundo do trabalho (PROEJA, 2007, p. 15).

Os dados apontados pelo IBGE 2003 apontam que o sistema educacional ainda enfrenta um dos grandes desafios que é evitar a evasão escolar, como determina a Lei de Diretrizes e Bases, que a escola deve garantir a entrada e permanência dos alunos, sendo observado que muitas são as causas que levam os alunos à evasão escolar e mais visível ainda dentro da EJA. A consequência disso é a ocupação de postos de trabalho que requerem baixa qualificação, baixos salários, baixo reconhecimento social, reproduzindo a trajetória social de pobreza a qual esses jovens são oriundos. Pois,

o imenso contingente de jovens que demanda a educação de jovens e adultos, resultante de taxas de abandono de 12% no ensino fundamental regular e de 16,7% no ensino médio, acrescido de distorção idade-série de 39,1% no ensino fundamental e de 53,3% no ensino médio, revela a urgência de tratamento não fragmentado, mas totalizante e sistêmico, sem o que se corre o risco de manter invisibilizada socialmente essa população, frente ao sistema escolar e, seguramente, no mundo do trabalho formal, exigente de certificações e comprovações de escolaridade formal (PROEJA, 2007, p. 18).

As certificações, e comprovações de escolaridade formal, se colocam como imprescindíveis para que os jovens e adultos das classes populares possam acessar o mundo do trabalho formal, que é o emprego, com as garantias e prerrogativas de um trabalhador empregado. Embora a falta de escolarização formal nem sempre denote a falta de saber ou competência para o desempenho de alguma função, acaba por muitas vezes a invisibilizar socialmente esses sujeitos.

Neste mesmo contexto, após um estudo aprofundado das relações entre educação e trabalho, Saviani (1994) apontou a essência da discordância escolar no âmbito do capital, que bloqueava o avanço dos sistemas de ensino. Para o autor, o saber era imprescindível aos trabalhadores, mas não podia ser cedido por inteiro, já que configurava o saber como meio de produção ou força produtiva, e na “medida

em que o saber se difundia, era então absorvido por todos, desse modo os trabalhadores passam a ser possuidor dos meios de produção” (SAVANI, 1994, p. 160).

A vista disso, a busca constante pela implementação de uma educação nacional que visasse à consolidação de que o saber era necessário, passou por várias dificuldades e resistências dos conservadores e consequentemente apoiadores do governo federal que insistiam em apenas moldar as pessoas numa educação produtiva. As discussões e diálogos sobre uma educação produtiva, ocorridas em prol da formação profissional já vinham acontecendo com objetivo de contribuir para a educação de jovens e adultos e em 2005 foi criado o PROEJA, que através das

[...] experiências, em diálogo com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas (PROEJA, 2007, p. 12).

Essa correlação entre educação básica e mundo do trabalho assume o reconhecimento da existência de jovens e adultos marcados pela descontinuidade em suas trajetórias escolares. Em outras palavras, estamos falando sobre percursos formativos interrompidos pela evasão escolar, como uma dimensão da exclusão que demarca historicamente até onde pode as classes populares estudar, trabalhar e ganhar. Nesse sentido, o pressuposto básico da proposta pode ser sintetizado na ideia do trabalho como princípio educativo.

O documento procura definir e considerar o papel da Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento nacional, para além dos campos estritamente educacionais, se direcionando para uma formação mais abrangente envolvendo várias dimensões técnicas, visando “garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação plena, que possibilite o aprimoramento de sua leitura de mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadão de direitos” (BRASIL, 2012).

É necessário enxergar a EJA na atualidade, seja o socioeconômico ou o cultural, assim muito se tem falado no PROEJA e exatamente neste contexto, que se percebe que surgem conceitos novos, histórico, geográfico, culturais. É neste rastro que a educação deve ampliar seus horizontes, onde a mesma saia das abstrações

puras e seja mais engajada na comunidade, bem como, permeada pelos documentos e programas que regem a educação de jovens e adultos como norte para um desenvolvimento adequado do processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim,

um programa, pois, de educação de jovens e adultos nesse nível de ensino necessita, tanto quanto nos demais níveis, e para outros sujeitos, formular uma proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida (PROEJA, 2007, p. 35-36).

A EJA como modalidade da Educação Básica, nessa perspectiva, faz do mundo do trabalho não apenas um projeto futuro em que pragmaticamente os estudantes cursam os programas tendo em vista concluir os estudos e se empregarem. É sentido mais amplo, é pedagógico no sentido de que o mundo do trabalho é convertido em objeto de reflexão, de diálogo, de crítica, de análise, em suma, é um convite ao educando da EJA se apropriar de uma compreensão do trabalho como categoria ontológica, como tal, como prática social constitutiva da natureza humana. No final das contas, é a busca pelo autorreconhecimento de que se faz parte da espécie humana.

Com este panorama se observa que ao longo da História do Brasil, a educação profissional e de jovens e adultos redefiniu seu perfil, ao mesmo tempo reprodutor e inovador da estrutura social, ou seja, ela consiste em uma das maneiras que a sociedade estabelece para produzir e reproduzir suas formas de organização do trabalho e da vida para a formação humana. É importante destacar que,

se a base social e política da formação humana integral, em um e em outro momento histórico, não impediu a derrota das idéias, também não impediu seu renascimento no presente, com os enormes desafios da sociedade complexa e da produção flexível em que temos que nos mover hoje (CIAVATTA, 2008, p. 5).

O desafio para mover a sociedade está “pautada no princípio educativo de trabalho e deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito” (FRIGOTTO, 2001, p. 73). A educação modela aptidões, comportamentos, atitudes, valores e conceitos que são

necessários a cada forma de organização social e a escola é um dos locais privilegiados para sua realização. “A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos” (PROEJA, 2007, p. 35).

Com a educação básica aberta a todos é necessário refletir sobre os meios para se reduzir a desigualdade social, pois a educação é o instrumento para a construção de melhores condições de vida para as classes populares, dando bases para uma sociedade com menos desigualdade social, com oportunidades de trabalho, de renda, em suma, de melhores condições de vida.

3.2 A CIDADANIA E O MUNDO DO TRABALHO

A sociedade vive em constantes movimento. Contudo, diante do quadro atual repleto de violências, através de uma relação desigual, sendo necessário lutar por intervenções e oportunidades que envolvem os jovens e adultos que por algum motivo não concluíram seus estudos. O PROEJA contempla essa classe e rompe com formas mistificadas, envolvendo educação, trabalho e cidadania, acionando uma política educacional voltada para a transformação libertadora e cidadã.

Uma sociedade que valoriza o superficial, o individualismo que lentamente destroem todos os objetivos para se viver. A sociedade capitalista não dá valor às relações de convivência. Diante deste contexto a escola se torna um importante instrumento de transmissão de valores para a formação ética de um sujeito social, com espaço privilegiado e democrático para a cidadania.

O ambiente escolar possui um papel primordial na evolução do aluno como cidadão, pois é mediante seu entendimento e prática que se estruturam a crítica e o pensamento. Assim, é importante o entendimento e a conscientização de que o professor mediador tem que assumir responsabilidades, tendo em mente a necessidade do questionamento entre eles o que é cidadania. Manzini-Couvre (2010), deixa claro que nem o direito ao ato de votar, por ele mesmo, garante a cidadania. Ele precisa ser acompanhado da consciência política e cultural.

É importante salientar que para conceituar cidadania é necessário refletir, principalmente pelo conceito aberto, resultado de conquistas que se passaram ou

passam ainda em determinados ambientes, a denominação atual vem do Iluminismo, foi um conceito de Estado de Direito e dos ideais de igualdade e liberdade.

Liberdade, difusão de ideias, opiniões, valores e outras denominações recebidas. A liberdade é alimentada pelo sonho humano, direito que temos de ir e vir, de escolher, de nos comunicar, ter liberdade de expressão ou de pensamento. Enfim, a escola é o ambiente em que devem se desenvolver atitudes relacionadas ao pensamento, onde se encontra o direito a cidadania.

Vale ressaltar que cabe ao Estado o dever proteger a todos seus cidadãos, sem distinção alguma, e garantir-lhes não só a vida, mas uma vida digna de ser vivida, sendo esta a máxima de igualdade e direito a cidadania. Entretanto, o conceito de cidadania por si só, tem uma infinidade de maneiras de aplicação. De acordo com Manzini-Couvre (2010, p. 11):

cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

Nesse contexto é importante acompanhar as transformações e trazer para dentro do ambiente escolar novidade, assim tornar a educação mais assertiva e se posicionar diante da necessidade de entender as perspectivas para o ensino voltado para o mundo do trabalho e os desafios atuais para transmitir/construir/hierarquizar valores aos alunos.

A LDB afirma no seu Art 22º que a educação básica “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

É importante salientar que a formação para a cidadania e a qualificação para o trabalho só serão realmente efetivas quando puder contribuir para uma formação justa e equilibrada, sendo desenvolvida através de um currículo que compreende o significado da transformação social com acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

Ao se falar em cidadania e meios para progredir no trabalho e em estudos, em 2017 a lei nº 13.415/2017, uma ação governamental que deveria ser em prol da

melhoria do PROEJA, trouxe contratempos ao reformular o ensino médio brasileiro, não fazendo referências diretas à modalidade EJA, outra discriminada, assim percebe-se que a maioria das ações governamentais possui em comum na sua história avanços e retrocessos na educação prevista para a educação de jovens e adultos (SÁ *et al*, 2020).

Importante, neste aspecto, salientar que as ações governamentais e a formação necessitam ter objetivos bem definidos. Pois é uma prática social específica e cumpre funções sociais voltadas para a regulação e legitimação do sistema social, para que os indivíduos consigam exercer atividades com competências e responsabilidades, sendo sujeitos críticos que serão capazes de construir ações e resolver problemas ligados ao mundo do trabalho e cidadania. Sá *et. al*. 2020, p. 3), ressaltam que

[...] a discussão que se segue sobre cidadania e direito dos jovens e adultos à educação ocorre nos marcos da sociedade capitalista, pois essa forma de sociabilidade humana é hoje hegemônica e, para sua superação, é imprescindível compreender em profundidade o seu funcionamento, para que se possa engendrar um novo modo de a humanidade produzir sua existência.

Assim, o direito à cidadania só pode estar garantido quando o Estado desenvolve uma série de políticas de caráter universal. Um Estado quenão se baseia na abstenção, que não apenas reprime o indivíduo ou o agente público que viola os direitos de outros indivíduos, mas que promove uma série de ações por meio de seus agentes a fim de que os direitos sociais possam ser gozados pelos cidadãos. Desta forma “não se pode subsumir a cidadania à inclusão no ‘mercado de trabalho’, mas assumir a formação do cidadão que produz, pelo trabalho, a si e o mundo” (PROEJA, 2007, p 13).

A cidadania é o direito de ter uma vida digna, de poder exercer os direitos civis, políticos e sociais (MANZINI-COVRE, 2010). Desta forma ela acontece por intermédio da alavancagem das potencialidades e procurando valorizar o desenvolvimento humano. Assim a sociedade abre espaço para que os indivíduos sejam protagonistas de sua própria história, intrínsecos, nesta caminhada.

Sendo assim, a PROEJA, vem ao encontro das necessidades emancipadoras dos indivíduos em torno da educação profissional procurando garantir a sua função, sendo cada vez mais universal, integrando novos modelos através de um

desenvolvimento mais amplo, não incidindo apenas no desenvolvimento cognitivo, mas procurando desenvolver o social, emocional e preparar para o mundo do trabalho e cidadania.

É latente a diferença ou indiferença que o Estado brasileiro despende no trato do ensino voltado para o mundo trabalho. Desta forma, a educação, sob a perspectiva de princípios e valores que sejam capazes de transcender, ir além do normal que qualifique o cidadão ainda necessita ser incluída no processo educacional. O ensino sem essas considerações está fadado ao insucesso. Sendo necessárias práticas relativas à construção de uma sociedade cidadã, que

em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (PROEJA, 2007, p. 35).

Este é o alicerce para a construção de uma sociedade justa e igualitária, transformando o ambiente e a sociedade dignos para se viver coletivamente. O homem necessita de espaços para viver coletivamente, porém em ambientes solidários. A cidadania não deve ser vista, apenas, como dever do Estado e sim, de forma mais ampla, como uma obrigação de todos|. A organização política do povo é necessária para exigir do Estado que cumpra suas obrigações. Em última análise, é um ato de cidadania.

A escola, enquanto instituição de ensino é responsável por mediar os saberes e os valores considerados necessários à formação do cidadão. O ambiente escolar torna-se, também, responsável por aquilo que se refere ao desenvolvimento de atitudes relacionadas ao pensamento. É nesta seara que o PROEJA, insere-se como base para distinções entre a ética, moral e cidadania, urgente e necessária dentro da escola. E é assim que,

a concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real. Ademais, essas dimensões estão estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania (PROEJA, 2007, p. 35).

Para que a educação surta os efeitos desejados é necessário a desconstrução do individualismo, de forma corajosa e que transponha todos os preconceitos e discriminações. A escola deverá assumir sua condição verdadeiramente democrática e acolhedora de todos. Assim, haverá um fio de esperança para a transformação do ambiente educacional, valorizando-se o próximo e estabelecendo-se uma relação de ajuda e igualdade.

A educação deve ser instrumento que permita a participação do aluno, principalmente o da EJA na sociedade onde está inserido, com senso crítico e caráter pessoal, voltando-se ao engajamento de todas as camadas sociais. Estes desafios são concomitantes ao docente, ao discente, à comunidade e o qual, jamais, deve ser ignorado e sim, vencido de forma coletiva e sem individualismos, enfrentando-se todos os problemas, visando o bem comum e da sociedade, compreendendo o real sentido da educação e trabalho.

Neste cenário, ora descortinado, o PROEJA encaixa-se como forma prática ao desenvolvimento da cidadania. Isso, intrinsecamente, traz esperança para a educação dos jovens e adultos e, desta forma, “novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também, de superá-los” (LÜCK, 2009, p. 16).

Isso significa superar as barreiras existentes, adquirir valores, pois o ambiente educacional passa por uma verdadeira prova, onde aprende a trabalhar com a comunidade, enfrenta desafios, supera paradigmas, deve ter um planejamento flexível e tem de procurar respostas para as constantes crises mundiais. Sendo assim, a educação precisa abranger essa percepção de que a cidadania deve perpassar todo o conteúdo ensinado em sala.

Adentrar o complexo território do ser humano, em suas diversas dimensões, é tratado por muitos profissionais como um campo da imprecisão, da irracionalidade e, em face disto, a educação necessita levar em consideração todos os conceitos que os alunos trazem de seu grupo social e que consideram corretos. Desta maneira, as experiências anteriores serão acrescidas de novos conhecimentos e serão justamente essas habilidades que mudarão o comportamento do aluno da EJA.

3.3 A FORMAÇÃO HUMANA E O MUNDO DO TRABALHO

A Base Nacional Comum Curricular define as competências gerais que os alunos devem desenvolver durante toda a trajetória da educação básica. Em vigor desde 2018, a Base propõe que os alunos sejam protagonistas de sua aprendizagem, tendo voz e participação nos processos dentro do ambiente educacional, como é possível verificar em uma das competências gerais descrita na BNCC para a Educação Básica:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018).

Diante deste contexto o sistema educacional tem a função de propiciar conhecimentos e habilidades necessárias para a formação humana, sendo fundamental uma formação integral. Assim, sem questionar a desigualdade social, não é possível atender às necessidades humanas. Ainda se faz necessário algumas práticas que estejam direcionadas à realidade dos discentes, para que realmente se desenvolvam de formas adequadas.

Para uma formação humana adequada se faz necessário compreender o trabalho como princípio educativo, tema recorrente entre os educadores que tinham como alicerce o conceito de politécnica em Marx e que refletem diretamente na formação humana. Desse modo,

[...] é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabatismo (MARX, 1983, p. 238).

Observa-se que o processo de humanização, de acordo com Marx (1983), é construído a partir da categoria trabalho que é uma das características importante do homem, diferenciando-o dos outros animais. Assim “o uso e a criação de meios de

trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano” (MARX, 1983, p. 189).

Diante deste contexto o trabalho é compreendido como uma ação humana ocupando um lugar de destaque com relação as atividades humanas e fundamental para a existência e preservação da humanidade, sendo necessário no processo formativo para integrar os indivíduos dentro do contexto social. É importante salientar que

a formação humana, que entre outros aspectos considera o mundo do trabalho, implica também a compreensão de elementos da macro-economia — como a estabilização e a retomada do crescimento em curso — mediatizados pelos índices de desenvolvimento humano alcançados e a alcançar (PROEJA, 2007, p. 14).

Fundamental para a formação humana, o trabalho apresenta elementos que satisfazem as necessidades humanas, sendo condição universal que estabelece um elo entre o homem e a natureza, condição essencial para a vida humana e transformação social. Isto posto, “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (MARX, 1983, p. 102).

De acordo com Marx, o trabalho então é a base da existência humana, o princípio de uma proposta emancipadora, assim a formação humana é a integralidade do indivíduo relacionada à forma de pensar diante do mundo e do trabalho. A formação diante do trabalho prepara os indivíduos para produzir condições essenciais para reprodução da vida e da organização das formas sociais. Assim, o sujeito terá autonomia para construir e reconstruir sua vida de forma livre sempre que se fizer necessário, sendo responsável por suas ações.

O PROEJA oferece oportunidades da conclusão da educação básica aliada à formação profissional e integral, para os jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino na idade regular. “Nesse sentido, a defesa inscrita nas orientações oficiais para o PROEJA indica a necessidade de uma formação integral, que busque contribuir para a compreensão do mundo do trabalho e as múltiplas relações presentes nele” (YAMANOE; VIRIATO, 2008, p. 9).

Ao se falar de formação integral e mundo do trabalho, se faz necessário citar que para Marx, o trabalho está no centro de sua teoria, desempenhando papel

importante e essencial no desenvolvimento humano buscando apresentar como os seres humanos produzem e reproduzem a sua existência através dele. Assim,

a formação, que deveria ser integral e igualitária, norteadas pela prática social que o estudante vivencia enquanto se forma, e pela preparação para a vida, supõe uma sólida formação científica, humanística e tecnológica (MOURA, 2003), possibilitando-lhe o desenvolvimento efetivo dos fundamentos para a participação política, social, cultural, econômica e no mundo do trabalho, o que também supõe a continuidade de estudos, mas não a tem como um fim em si mesmo (PROEJA, 2007, p. 27).

A formação humana e o trabalho são necessários à preparação para vida e participação em sociedade. Diante deste contexto é essencial um trabalho concreto para a satisfação das necessidades humanas e o trabalho de forma produtiva de capital, sendo necessário ajustar processo formativo do trabalhador com a flexibilidade das novas demandas do mercado através de um currículo integrado as novas práticas pedagógicas. Portanto,

o currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina, por meio de uma concepção que considera o mundo do trabalho e que leva em conta os mais diversos saberes produzidos em diferentes espaços sociais. Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo (PROEJA, 2007, p.43).

Um currículo integrado e voltado para a formação humana, dentro do contexto social atual, pode contribuir para a transformação e superação para o mundo do trabalho, o que de acordo com Marx “o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva mesmo aparece ao homem apenas como um meio para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência humana” (MARX, 1983, p. 84).

Desta forma o PROEJA vem de encontro com a proposta de uma formação humana tendo como um dos princípios o trabalho como atividade vital que orientará a vida, oferecendo possibilidades importantes para a formação humana tendo como aliado o conhecimento científico com a função desenvolver o exercício pleno da cidadania, de acordo com o Parecer, CNE/CEB nº 11/2000. Sendo assim,

o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do

desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de omnização de homens e mulheres e de produção cultural (PROEJA, 2007, p.42).

Ao se falar em desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo, ainda se faz necessário resgatar o processo educativo voltado para o PROEJA, procurando desvincular do processo de desumanização, assim é importante que a Educação de Jovens e Adultos não esteja voltado somente para formar os indivíduos para o mercado de trabalho, indivíduos alienados de sua função no processo produtivo. O currículo do PROEJA está integrado ao meio social para possibilitar a formação dos jovens e adultos que compreendam e atuem no mundo do trabalho de forma crítica, contribuindo para melhorar a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pensamos sobre algumas possibilidades para discentes que iniciam ou retomam seus estudos na fase jovem e adulta. Desta forma se faz necessário possibilitar não só o acesso, mas a permanência nos estudos voltados para cidadania e mundo do trabalho. Devemos conhecer a história constituída a respeito do PROEJA, pois, só desta maneira vamos adquirir mais conhecimento e consequentemente entender a perspectiva histórica da EJA, apresentando os vários momentos pelo qual passou a educação.

É importante observar que durante a trajetória do PROEJA, não há conceitos abrangentes a respeito de experiências adquiridas das práticas. Muitas pesquisas ainda estão voltadas para a perspectiva histórica, deixando lacunas na educação dos jovens e adultos, por não se enquadrarem nos padrões estipulados pelas políticas educacionais.

Diante desse contexto a realização desta pesquisa foi relevante e oportuna, pois, apresentou a forma como a educação dos jovens e adultos é vista diante da sociedade contemporânea, sendo necessário pensar na inclusão social que respeite e valorize o diferente e melhore a qualidade de vida para ser possível se inserir na sociedade e no mundo de trabalho.

Assim ao se refletir sobre a importância da educação na vida, foi possível compreender as dificuldades pelas quais passam uma pessoa adulta para retomar os estudos, sendo necessárias preparação e ações bem elaboradas que respeitem uma educação humanizada voltada para o cognitivo e afetivo dentro do ambiente educacional.

A educação de Jovens e Adultos ainda é uma modalidade de ensino com fins e objetivos específicos, que se destina a um público diferente com defasagem de escolaridade sendo necessário garantir que o estado cumpra o seu dever social dando possibilidades que os indivíduos possam crescer e evoluir e se formar, desta forma as políticas públicas cumprirão de maneira satisfatória sua função de preparar jovens e adultos para o exercício da cidadania e mundo do trabalho.

O PROEJA contempla parte da sociedade que vive em constantes mudanças e são influenciadas pelo medo diante do quadro em que se encontra a sociedade desigual, sendo necessárias intervenções e oportunidades que envolvam jovens e

adultos que não concluíram seus estudos, assim o PROEJA vem para romper com formas mistificadas, procurando uma educação transformadora e cidadã, tornando a escola um importante instrumento de transmissão de valores.

Vimos que o documento-base do PROEJA articula a relação trabalho-educação de modo a acionar os conceitos de educação básica, cidadania e formação humana. Ao analisarmos a categoria trabalho no âmbito da educação básica, podemos ressaltar a importância de se compreender a EJA para além da alfabetização, inserida em um sistema educacional regular, que contemple todas as etapas.

Pensarmos em termos de trabalho e cidadania, o eixo da análise se desloca para uma compreensão do trabalho e da educação como direitos sociais. Nesse sentido, estamos falando não de uma doação pacífica das elites brasileiras, mas de uma conquista histórica que se dá diariamente entre os embates que só são possíveis por meio da organização popular no cotidiano exercício da cidadania. Por fim, considerar a relação entre trabalho e formação humana no PROEJA implica reconhecer os fundamentos teóricos do campo disciplinar trabalho-educação, que tomam como pressuposto sua ontologia e seu princípio educativo como uma espécie de fio condutor da práxis humana.

Cabe salientar, portanto, que os elementos destacados nesta oportunidade de pesquisa devem valer como importante referência e que ocorram outras investigações que apontem o andamento dos trabalhos e talvez possa orientar e trazer novas perspectivas e novos caminhos. Diante desse panorama a realização deste estudo foi importante e oportuna, pois mostra a forma como a educação dos jovens e adultos é vista diante da sociedade moderna, ainda sendo necessária a inclusão social efetiva, respeitando e valorizando as diferenças, melhorando a qualidade de vida e o viver em grupos, discutir às dificuldades que esses alunos passam para se inserir na sociedade e no mundo do trabalho é colaborar com a construção de uma sociedade inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Exposição de motivos ao encaminhamento das diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: CNE, 1997.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de Setembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/leis/resolucoes_cne/rceb006_12.pdf>. Acesso em: 22 Set. 2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 21 Out. 2020.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.478, de 24 de Junho de 2005**. Institui, PROEJA. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-norma-pe.html#:~:text=e%20Adultos%20%2D%20PROEJA>>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CIAVATTA, Maria. **A Formação Integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 25 Set. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.245-262, jun. 2002.

FARIA, Débora Araújo; ASSIS, Sandra Maria. **O PROEJA integrado à educação profissional: desafios, possibilidades e práticas docentes**. In: HOLOS: Revista do Instituto Federal do rio Grande do Norte. Ano 354 355 30, volume 02. Natal: IFRN,

2014. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1968>. Acesso em: 20 Set.2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRIGOTTO, Gaudência. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>>. Acesso em: 20 Set. 2020.

GONÇALVES, Lúcia Santos de Moraes. **A inserção da tecnologia na educação de jovens e adultos**. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11214/1/LSMG28072018.pdf>> Acesso em: 25 Jun. 2020.

HADDAD, Sérgio. **O direito à educação no Brasil**. 2003. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/educar/textos/sergio_haddad_educacao_direitos_humanos.p](http://www.dhnet.org.br/educar/textos/sergio_haddad_educacao_direitos_humanos.pdf)df. Acesso em: 26 Jun.2020.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba. Editora Positivo. 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf>. Acesso em: 17 Out. 2020.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. 2010. 4ª Edição. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3896971/mod_resource/content/1/L.aula2_grupo5_O_que_e_cidadania.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. 1983. Boitempo. Editoria.

MEC. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>>. Acesso em: 02 Jun. 2020.

MINAYO, Maria. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

MOURA, Dante Henrique. **La autoevaluación como instrumento de mejora de calidad: un estudio de caso** (El Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio

Grande do Norte/ CEFET-RN/Brasil). 2003. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade da Universidade Complutense de Madri. Madri, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná**. Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf. Acesso em: Outubro de 2016.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cad. Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PLÁCIDO, Ivonete Telles Medeiros **Metodologia da pesquisa**. / Ivonete Telles Medeiros Plácido. Indaial. 2020. 81 p.

PROEJA. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em: 05 Set. 2020.

RIBEIRO, Célia Pereira de Lima; SILVA, Cristina Rocha da; SILVA, Suzana Maria Sena. **Educação de jovens e adultos: um olhar para o retorno dos discentes ao processo de escolarização**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2233/1/CPLR10082016>>. Acesso em: 30 Jun. 2020.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SÁ, Rosanna Maria Barros *et al.* O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do PROEJA no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782020000100218&script=sci_arttext&tling=pt>. Acesso em 18 Out. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

_____. O Choque Teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. ISSN 1981-7746. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>>. Acesso em: 15 Set. 2020.

SCHERER, Susana Schneid. **A Politécnica: Compreensão e Possibilidades para Pensar a Formação Humana no Campos Escolar**. 2008. Disponível: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/SusanaScherer-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acesso em: 05 Nov. 2020.

SILVA, Renata Andrade; YATUBA, Yulielle Ferreira. **O uso das tecnologias na educação de jovens e adultos: inclusão digital e alfabetização midiática**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2219/1/RAS18092017>>. Acesso em: 30 Jun. 2020.

SILVA, Francisca Veridiana da. **Uma breve discussão sobre quem são sujeitos da EJA e quais suas expectativas na sala de aula**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11227/1/FVS30052018.pdf>>. Acesso em: 29 Jun. 2020.

SILVA, Fernando Barbosa da. **O perfil dos jovens no mercado de trabalho: uma análise do fenômeno nem-nem a partir dos anos 2000**. 2019. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16789/5/FBS11022020.pdf>>. Acesso em: 29 Jun. 2020.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação é um direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TELES, Damares Araujo; SOARES, Maria Perpetua do Socorro. **Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização**. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4980-15551-1-SM.pdf . Acesso em: 29 Jun. 2020.

YAMANOE, Mayara Cristina Pereira; VIRIATO, Edaguimar Orquizas. **O Caráter Integrador do Trabalho como Princípio Educativo no PROEJA**. 2008. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/o_carater_integrador.pdf . Acesso em: 08 Nov. 2020.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados, 2004.